

# A INSCRIÇÃO FUNERÁRIA DE PEDRO AMARELO, NOTÁRIO DE D. AFONSO HENRIQUES E PRIOR DA COLEGIADA DE GUIMARÃES

Mário Jorge BARROCA \*

A 26 de Maio de 1982, quando se procediam a obras no interior da Sala do Capítulo da Colegiada de St<sup>a</sup>. Maria de Guimarães (espaço hoje incluído dentro das instalações do Museu Alberto Sampaio), apareceu uma inscrição em muito mau estado de conservação, que foi retirada da parede e arrolada no acervo daquele Museu vimaranense. A lápide, em calcário, apresentava o campo epigráfico já muito afectado, com boa parte da superfície original destruída, e levantava evidentes dificuldades de leitura. O seu conteúdo não foi deslindado e a sua importância passou despercebida, tendo caído rapidamente no esquecimento. Quando, quase uma década mais tarde, no âmbito da recolha de elementos para a nossa dissertação de doutoramento, nos deslocámos àquele Museu para estudar os exemplares epigráficos pertencentes à sua colecção, já esta lápide tinha sido esquecida e não tivemos conhecimento da sua existência. Deste modo, apesar de ter aparecido há 16 anos, a inscrição permaneceu inédita até hoje, não figurando no nosso inventário da Epigrafia Medieval Portuguesa <sup>1</sup>. Recentemente, no quadro dos trabalhos arqueológicos que temos vindo a desenvolver no Museu Alberto Sampaio, a Dr<sup>a</sup>. Manuela Alcântara, Directora daquele Museu, endereçou-nos o convite para elaborarmos o Catálogo da Colecção de Escultura e da Secção Lapidar do Museu Alberto Sampaio (Séc. X a XVI). Foi no âmbito dos trabalhos conducentes a essa obra que, ainda por intermédio da Dr<sup>a</sup>. Manuela Alcântara, tivemos conhecimento da existência desta epígrafe, com a qual tivemos um primeiro contacto no passado dia 18 de Agosto de 1998. Dele apresentamos, aqui, as nossas primeiras impressões <sup>2</sup>.

## 1. A Inscrição

Como referimos, a lápide apareceu no dia 26 de Maio de 1982 quando se removia o reboco da face interna da parede Leste da Sala do Capítulo. Surgiu a cerca de 5,15 m da esquina das paredes Norte e Leste da Sala, e a uma altura de 2,20 m. Encontrava-se embutida num campo rectangular, rebaixado num silhar de granito, e ligada a este por argamassa. Na mesma parede, depois de retirado o reboco, ficaram à mostra mais três campos rebaixados destinados a outras inscrições que já tinham desaparecido. A nossa inscrição, que surgiu já partida em 5 fragmentos <sup>3</sup>, recebeu o número de inventário L-82-09. A epígrafe, criada em calcário brando da zona de Coimbra, apresenta as seguintes dimensões:

Comprimento: 35 cm

Altura: 18,5 cm

Espessura: 4,5 cm

Altura média das regras: <sup>1</sup>/ 2,8 cm; <sup>2</sup>/ 2,7 cm; <sup>3</sup>/ 2,8 cm; <sup>4</sup>/ 2,8 cm

Altura média das letras: <sup>1</sup>/ 2,4 cm; <sup>2</sup>/ 2,3 cm; <sup>3</sup>/ 2,4 cm; <sup>4</sup>/ -

Altura média dos espaços interlineares: 1,2 cm.

Assim que tivemos oportunidade de a observar não tivemos dúvidas de que estávamos perante uma inscrição que, pelo tipo de alfabeto, deveria corresponder à segunda metade do Séc. XII ou, quando muito, aos primeiros anos da centúria seguinte. Por outro lado, a matéria prima, o alfabeto e o regramento da epígrafe denunciavam a inconfundível marca do atelier epigráfico da zona de Coimbra. Estávamos, por isso, perante mais um caso de uma inscrição criada no aro da cidade de Coimbra, nos calcários brandos de Ançã-Portunhos, e exportada para o Entre-Douro-e-Minho. Por si só este era um dado relevante, já que vinha engrossar o leque dos exemplos para os quais já tínhamos tido oportunidade de chamar a atenção noutro estudo nosso <sup>4</sup>. No entanto, o deficiente estado de conservação da inscrição, com a quase totalidade da superfície original mutilada, parecia deixar poucas esperanças de se vir a conseguir ler o seu teor. De todas estas nossas primeiras impressões, foi na última que nos enganámos. Depois de analisar demorada e atentamente a inscrição, e apesar do seu estado de conservação, foi possível efectuar a leitura de boa parte do seu conteúdo e identificar a pessoa a quem se referia o epitáfio. A epígrafe ganhou, assim, uma importância acrescida, que, como veremos, ultrapassa em muito o âmbito da história da velha instituição monástica vimaranense. Na realidade, nela conseguimos ler o seguinte epitáfio:

1/ PRIDIE : NONAS : IUNII : OBIIT : F [...]

2/ DEI : [...|TRUS : AMAR|...|S [...]

3/ IUS : ECCLESIE : [...|O [...]

4/ [...]

Reconstituindo o texto, obtemos:

1/ PRIDIE : NONAS : IUNII : OBIIT : F[amulus]

2/ DEI : |Pe|TRUS : AMAR|elu|S : |Prior M hu

3/ IUS : ECCLESIE : [...|O [...]

4/ [...].

Trata-se, portanto, do epitáfio do Prior Pedro [Mendes] Amarelo, falecido a 4 de Junho de ano desconhecido. Para melhor apreciação da nossa proposta de leitura apresentamos um levantamento onde registamos todos os vestígios de letras que sobreviveram até aos nossos dias (Est. I, 1) e, de seguida, um desenho onde procedemos à reconstituição dos caracteres mutilados (Est. I, 2).

Salientemos, por fim, alguns aspectos físicos desta inscrição. Começando pelo suporte, a lápide apresenta uma espessura regular, denunciando a qualidade do seu lapicida. A superfície principal foi cuidadosamente alisada, o que não impede que ostente, no reverso, alguns negativos dos instrumentos de talhe. A superfície principal da lápide foi integralmente utilizada pelo campo epigráfico que apresenta as regras assinaladas a traço fino e os espaços interlineares cuidadosamente marcados. As suas letras, de desenho elegante, obedecem ao alfabeto Carolino, em uso na segunda metade do Século XII, ainda livre das influências unciais que se começam a desenhar nos finais da centúria e dominam crescentemente ao longo do Séc. XIII <sup>5</sup>. Registemos, ainda, que as letras exteriorizam algumas características típicas da zona de Coimbra, o que remete esta inscrição para o universo epigráfico da Sé Velha de Coimbra, com cujas inscrições ostenta evidentes pontos de contacto. Sentimos isso, por exemplo, no traçado dos PP, dos RR e dos SS, nas formas rectificadas adoptadas pelos CC e pelos EE, e na forma amendoada dos OO. Apesar de

muito erosionadas, algumas letras ainda apresentam vestígios de terem sido outrora coloridas a vermelho, um costume que se detecta em Portugal e em vários pontos da Europa, e que visava não só facilitar a leitura do conteúdo epigráfico (realçando o texto com contraste cromático) mas também dar relevo a certas passagens consideradas mais importantes <sup>6</sup>. A maneira equilibrada como o texto foi paginado, a regularidade métrica das suas letras, das regras e dos espaços interlineares, assim como o traçado elegante do alfabeto Carolino, tudo nos denuncia a mão de um lapicida experiente. Por todos estes aspectos podemos afirmar que estamos perante um epitáfio de boa qualidade, produto de um profissional habituado a criar epígrafes (e não perante a obra esporádica de um qualquer pedreiro ou escultor). Não temos dúvida em afirmar que foi encomendado junto das oficinas epigráficas da zona de Coimbra (o que é o mesmo que dizer nas melhores oficinas epigráficas do Reino), possivelmente pelos Cónegos da Colegiada de Guimarães pouco depois do óbito do Prior Pedro Mendes. Na realidade, e apesar de não encontrarmos registo da Era do falecimento (certamente desaparecida com as mutilações sofridas), a forma como o epitáfio abre, com a indicação do dia e mês afasta a possibilidade de se tratar de uma encomenda prévia.

## 2. Pedro Mendes Amarelo

É tempo de dedicarmos alguma atenção à pessoa de D. Pedro Mendes Amarelo, a quem se reporta a nossa inscrição. A qualidade do seu epitáfio, o facto de este ter sido encomendado junto das mais prestigiadas oficinas epigráficas do Reino, e a própria implantação da inscrição (no centro da Sala do Capítulo, alinhada pelo eixo da porta de acesso), são tudo aspectos que denunciam o prestígio que D. Pedro Mendes granjeara junto dos seus Cónegos. Um prestígio que, acreditamos, ultrapassou a barreira dos séculos e que continuava bem vivo três séculos e meio depois da sua morte. Na realidade, julgamos que a inscrição de D. Pedro Amarelo não se encontrava no primitivo local. Lúcia Rosas teve ensejo de demonstrar, recentemente, que o Claustro da Colegiada de St<sup>a</sup>. Maria de Guimarães, ao contrário da opinião corrente que o costuma classificar como Românico <sup>7</sup>, é, na realidade, uma obra Manuelina, do primeiro quartel do Séc. XVI <sup>8</sup>. A tipologia e a gramática decorativa dos seus capitéis afasta-o, efectivamente, do universo estético românico e remete-o para os inícios da centúria de Quinhentos. Um brasão de D. Diogo Pinheiro, Prior da Colegiada entre 1503 e 1514, que se conserva *in situ* no arco sudoeste do Claustro, ajuda a configurar a cronologia desta importante reforma <sup>9</sup>. Compreende-se, de resto, a motivação subjacente a esta reforma arquitectónica. O claustro, que os Cónegos tinham decidido erguer em 1255, fora modelado a partir das dimensões do templo românico de St<sup>a</sup>. Maria de Guimarães, o edifício que estava então ao culto <sup>10</sup>. No entanto, no cumprimento do voto de D. João I em Aljubarrota, o templo da Colegiada seria objecto de uma profunda reforma gótica, que esteve a cargo do arquitecto régio João Garcia de Toledo, cujas obras se iniciaram a 6 de Maio de 1387 <sup>11</sup> e foram sagradas em 23 de Janeiro de 1401 <sup>12</sup>. O templo gótico, de dimensões mais generosas e com uma outra projecção, acabou por tornar o espaço claustral desajustado. A reforma deste seria, portanto, uma questão de tempo, e o momento chegou nos inícios do Séc. XVI, quando foi substituído pelo espaço que hoje ali podemos apreciar. Deste modo, e como facilmente se compreende a partir de uma análise da planta dos espaços claustrais, a actual implantação da Sala do Capítulo é resultante dessa profunda reforma do Séc. XVI, para a qual, de resto, obtivemos novos

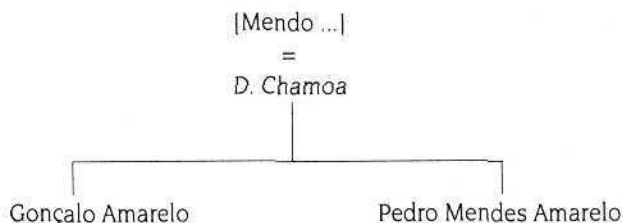
elementos durante os trabalhos arqueológicos que efectuamos na cerca do Museu <sup>13</sup>. É essa reforma quinhentista que explica a convivência de elementos de aspecto arcaico (como o arco ultrapassado da Porta da Sala do Capítulo, e os seus dois possantes capitéis românicos), com outros pormenores manifestamente posteriores (como as espessas meias-colunas com desenvolvidos plintos, que revelam uma organização já muito distante do espírito românico) <sup>14</sup>. De resto, as fracturas que a inscrição apresentava no momento da sua recente descoberta, já com ausência de alguns pequenos fragmentos, apenas se compreendem se tivermos em mente que se encontrava deslocada do seu primitivo local e reaproveitada. A forma como as fracturas da inscrição se organizam, partindo de epicentro no ângulo inferior direito, denuncia que a lápide foi retirada do primitivo local, possivelmente com recurso a um ferro, e colocada no novo local aquando das obras do Séc. XVI. Deste modo, podemos afirmar que o prestígio de Pedro Amarelo venceu várias centúrias e que continuava bem vivo entre os Cónegos de St<sup>a</sup>. Maria de Guimarães no Séc. XVI, quando estes elegeram um lugar de tanto destaque para a colocação da inscrição do Prior: na Sala do Capítulo da Colegiada, na parede Leste, oposta à entrada, e centrada com o eixo principal.

Apesar das limitações inerentes à documentação conhecida, que continua a não elucidar diversos aspectos da sua vida, e da ausência de qualquer estudo monográfico, podemos dizer que a figura de D. Pedro Mendes Amarelo é relativamente bem conhecida. Melhor, pelo menos, que a de alguns dos seus pares que estiveram igualmente à frente da Colegiada de Guimarães. O seu itinerário começa a desenhar-se na zona de Coimbra, de onde julgamos que seria natural. Conhecido desde muito cedo pela alcunha de "Amarelo", aparece indiscriminadamente tratado como Pedro Mendes Amarelo ou Pedro Amarelo <sup>15</sup>. A primeira referência documental que conhecemos encontra-se exarada num diploma de 29 de Junho de 1131, onde Pedro Amarelo testemunha a doação que D. Telo fez, ao recém-fundado Mosteiro de St<sup>a</sup>. Cruz de Coimbra, dos banhos régios que D. Afonso Henriques lhe tinha confiado meio ano antes <sup>16</sup>. Entre as testemunhas desta doação de D. Telo figura "... Petrus Amarelus ts. ..." (LS, 6). Esta primeira referência permite-nos retirar três ilações: primeiro, que Pedro Amarelo seria natural de Coimbra ou dos seus arredores; em segundo lugar, que em 1131 já seria adulto (embora certamente ainda jovem); e finalmente, que já então se movia na esfera das influências do jovem monarca e do Mosteiro de St<sup>a</sup>. Cruz. E, efectivamente, os dados conhecidos parecem confirmar estas linhas. Primeiro, porque os testemunhos conhecidos para os primeiros anos da sua vida apontam para a zona de Coimbra e de Montemor-o-Velho: é nesta zona que testemunha actos jurídicos, que a sua mãe possuía bens e que lhe são doadas propriedades. Por outro lado, para que em 1131 pudesse testemunhar um acto jurídico teria de ser maior, o que à luz de outros dados documentais se afigura bem possível. Os elementos biográficos revelam que a derradeira referência documental conhecida para Pedro Amarelo data de 1184, sendo, portanto, 53 anos posterior à primeira notícia. Deste modo, se, por hipótese, tivesse 20-25 anos em 1131, teria falecido com cerca de 73-78 anos, idade perfeitamente plausível. Por fim, o seu futuro percurso como funcionário da cúria régia de D. Afonso Henriques confirma a nossa terceira ilação.

Depois do diploma de 1131, voltamos a encontrar referências a Pedro Amarelo em 1135. Pensamos, efectivamente, que é ele um dos contemplados com uma doação de D. Afonso Henriques que, em 18 de Maio de 1135, doou um terreno junto da muralha de Montemor-o-Velho a um Pedro Amarelo e ao irmão deste, Gonçalo: "... facio tibi Petro Amarelo et fratri tuo Gunsalvo kartam donacionis et firmitatis de terreno illo quod habeo in Monte Maiore extra circa

*murum versus orientem ...*" (DMP, DR 147). Uma vez mais se comprova a sua presença junto do monarca, que servia com lealdade, a ponto de este o distinguir com esta doação "... *pro servicio quod mihi fecistis et facietis ...*" (DMP, DR 147).

Alguns anos mais tarde, em Maio de 1143, é a vez de D. Chamoá, mãe de Pedro Amarelo, fazer testamento favorecendo o Mosteiro de St<sup>a</sup>. Cruz de Coimbra com uma vinha em Assamassa (nos arredores de Coimbra): "... *ego Flamula mater Petri et Gundisalvi Amareli ...*" (LS, 36). Pelo teor do diploma podemos deduzir que o irmão, Gonçalo, já tinha falecido em 1143. Na realidade, o testamento é feito "... *pro remedio anime mee et mei filii Gundisalvi cui sit bona requies ...*" (LS, 36). Esta nova referência permite reconstituir o seguinte esquema genealógico:



Para voltarmos a encontrar referências documentais a Pedro Amarelo é necessário aguardar pelo ano de 1153, quando se começa a desenhar a sua carreira na Cúria, como notário de Mestre Alberto. Como se sabe, Mestre Alberto desempenhou as funções de Chanceler de D. Afonso Henriques entre os anos de 1142 e 1169<sup>17</sup>. O primeiro diploma onde Pedro Amarelo surge como notário de Mestre Alberto remonta a 17 de Fevereiro de 1153. Trata-se de uma carta onde D. Afonso Henriques procede à venda de bens na zona de Armamar e de Lamego a um particular. Na subscrição são mencionados "... *Petrus qui notuit ... Magister Albertus Curie Cancellarius ...*" (DMP, DR 242). Apesar de não ser tratado nem pelo patronímico nem pela alcunha, Rui de Azevedo demonstrou, pela análise do tipo de letra, que se trata de um original saído da mão de Pedro Amarelo<sup>18</sup>. Escassos dois meses mais tarde a actividade de Pedro Amarelo volta estar documentada, desta vez pela carta de Couto de Alcobaca, que D. Afonso Henriques outorga ao Mosteiro de Claraval em 8 de Abril de 1153 (DMP, DR 243), e que, apesar de ser mais um diploma onde o nome de Pedro Amarelo não figura de forma explícita, Rui de Azevedo identificou como tendo saído do seu punho<sup>19</sup>.

Três anos mais tarde, em Junho de 1155, Pedro Amarelo volta a ser referido como notário da Cúria Régia, quando D. Afonso Henriques doou o Couto de Argeriz a D. Teresa Afonso, viúva de D. Egas Moniz de Riba Douro, para que esta o desse ao Mosteiro de Salzedas. Nesse diploma se declara: "*Facta carta mensi Junii per manus Petri Amarelli qui est scriba sub manu Alberti Magistri cancellarii regis Alfonsi in Era Millesima Centesima Sexagesima Tercia.*" (DMP, DR 254)<sup>20</sup>. De Maio de 1157 data o terceiro autógrafa de Pedro Amarelo - a carta de isenção dos direitos de portagem, que D. Afonso Henriques assina a favor do Mosteiro de Alcobaca (DMP, DR 261). E, pouco depois, em Março de 1158 voltamos a encontrar Pedro Amarelo como notário da Cúria, dependente de Mestre Alberto, exarando o documento em que D. Afonso Henriques distingue Pedro Fernandes e sua mulher, Goinha Anes, com a villa de Varziela (c. Oliveira do Hospital): "*Petrus Amarelus notarius sub manu Magistri Alberti notuit.*" (DMP, DR 268)<sup>21</sup>. Em Outubro de 1162 voltamos a ter a actividade do notário documentada. Na Carta de Couto do Mosteiro de Bouro, outorgada por D. Afonso

Henriques, regista-se: "... ego Magister Albertus Cancellarius conf., Petrus notuit." (DMP, DR 283). Finalmente, a derradeira referência a Pedro Amarelo como notário da Cúria de D. Afonso Henriques remonta a 30 de Novembro de 1165, quando o monarca doa, pela primeira vez, Idanha-a-Velha e Monsanto à Ordem do Templo e a D. Gualdim Pais: "... Magister Amberthus Curie Regis Cancellarij conf. (...) Petrus Amarellus notuit." (DMP, DR 288). Depois desta data, Pedro Amarelo seria substituído por Pedro Feijão como notário de Mestre Alberto. A primeira referência a Pedro Feijão como notário remonta a 28 de Março de 1169 (DMP, DR 293) e, como se sabe, Pedro Feijão acabaria por subir na hierarquia, sucedendo a Mestre Alberto no próprio cargo de Chanceler da Cúria Régia (que ocuparia entre 1169-1181)<sup>21</sup>.

O afastamento de Pedro Mendes Amarelo da Cúria de D. Afonso Henriques parece coincidir com o seu abandono de Coimbra, então capital do reino, e a sua deslocação para o Norte, para a zona de Guimarães. Na realidade, logo em Julho de 1170 encontramos Pedro Amarelo na qualidade de Prior da Colegiada de Guimarães: "... vobis Petrus Mensei Vimaraneis Ecclesie Prior ..." (VMH, 106). Como em Abril de 1167 o Prior da Colegiada ainda era D. Pedro Pais<sup>22</sup>, podemos dizer que Pedro Amarelo assumiu esse cargo entre 1167 e 1170. Terá sido, assim, o quinto titular desse cargo<sup>23</sup>. O facto da Colegiada de Guimarães ser do Padroado Régio pode ajudar a explicar a nomeação do antigo notário do Chanceler de D. Afonso Henriques para esse cargo. Depois da referência de 1170 conhece-se uma série de diplomas onde, regularmente, Pedro Amarelo é referido como Prior da Colegiada:

Maio de 1172 - Pacto de permuta de bens entre Pedro Garcia e "... ego Petrus Amarellus Vimar. Prior una cum omni capitullo ..." (VMH, 108)

Agosto de 1172 - Doação régia de D. Afonso Henriques à Colegiada de Guimarães e a "... vobis Priori Petro Amarellus ..." (DMP, DR 313; VMH, 109)

26 de Abril de 1173 - Carta de Couto outorgada por D. Afonso Henriques ao Mosteiro de S. Torcato: "Qui presentes fuerunt Prior vimaranis Petrus Amarellus ..." (DMP, DR 316; VMH, 111)

Março de 1175 - Carta de Couto outorgada por D. Afonso Henriques ao Mosteiro de Seiça: "... Prior vimaranis Petrus Amarellus is ..." (DMP, DR 323)

Abril de 1176 - Doação de D. Afonso Henriques a Rodrigo Ouriques e sua mulher: "... Petrus Amarellus Prior Vimaraneis vidit ..." (DMP, DR 329)

1176 - Demarcação da Terra de S. Gens depois de inquirição régia: "... ad Petrum Amarellum priorem Vimaraneisem ..." (Cláudia Ramos, 1991, doc. 112)

Janeiro de 1178 - Escambo de propriedades entre os irmãos Mendo e Pedro Peres e "... vobis Petro Amarelo ..." (Cláudia Ramos, 1991, doc. 115)

Fevereiro de 1178 - Doação de D. Afonso Henriques a Mestre Fernando Boceta: "... Petrus Amarellus is ..." (DMP, DR 333)

31 de Dezembro de 1178 - Confirmação de diploma particular: "... Prior Petrus Amarellus confirmo ..." (VMH, 121)

Dezembro de 1180 - Venda de bens por D. Toda Pais a "... vobis Petro Amarelo ..." (VMH, 124)

Dezembro de 1180 - Venda de bens a "... vobis Petro Amarelo ..." (VMH, 125)

4 de Janeiro de 1181 - Venda de bens de Gomes Pais "... vobis parenti meo domino Petro cognomine Amarelo ..." (Cláudia Ramos, 1991, doc. 128)

Março de 1181 - Venda de bens a "... vobis Petro Amarelo ..." (Cláudia Ramos, 1991, doc. 129)

Janeiro de 1182 - Testamento de Paio Gomes, "Cego", a favor da Colegiada de Guimarães "... et vobis Petro Amarelo ejusdem Ecclesie Priori ..." (VMH, 126)



Janeiro de 1182 - Venda de bens a "... *vobis domno Petro Amarelo* ..." (VMH, 127).

Fevereiro de 1184 - Venda de bens a "... *vobis Petro Mendis cognominato Amarelo* ..." (Cláudia Ramos, 1991, doc. 137).

Salientamos, no entanto, que em 22 de Agosto de 1172 Pedro Amarelo aparece mencionado não na sua qualidade de Prior da Colegiada, mas como Chanceler do príncipe herdeiro, D. Sancho, que, desde o Desastre de Badajoz, em 1169, vinha auxiliando D. Afonso Henriques no governo do Reino. Na realidade, entre os confirmantes do diploma em que D. Afonso Henriques doa à Sé de Coimbra diversas casas que se erguiam nas imediações da Sé Velha, surgem-nos mencionados: "... *Petrus Amarelo Cancellarius Regis Sanctij vidit. Petrus Feigon Capellanus eius vidit. Magister Albertus vidit* ..." (DMP, DR 314). É possível, por isso, que Pedro Amarelo não se tivesse desligado integralmente da Cúria régia (como, de resto, parece sugerir a sua presença entre os confirmantes de diversos diplomas régios, sobretudo quando se desloca a Coimbra) e que, em determinada altura, tivesse assumido o cargo de Chanceler do príncipe herdeiro, espelhando todo o seu prestígio<sup>25</sup>.

Finalmente, em Fevereiro de 1184 encontramos a derradeira referência documental conhecida para Pedro Mendes Amarelo, quando ainda era Prior da Colegiada de St<sup>a</sup>. Maria de Guimarães (Cláudia Ramos, 1991, doc. 137). Supomos que terá falecido pouco depois desta data. Pelo seu epitáfio sabemos que morreu a 4 de Junho. Infelizmente, a inscrição do Museu Alberto Sampaio encontra-se mutilada, não permitindo a leitura da Era. Poderia ter falecido logo em 1184 (Era 1222). No entanto, só voltámos a encontrar referências explícitas a um novo Prior em Fevereiro de 1192, quando é mencionado nesse cargo D. Diogo Peres: "... *vobis Dñaco Petri Vimaravis Priori et omni Conventui eiusdem ecclesie* ..." (VMH, 138)<sup>26</sup>. Consultamos outras fontes para tentar esclarecer o ano da morte de Pedro Mendes Amarelo, nomeadamente o *Livro das Kalendaras* (na esperança que, em testamento, tivesse deixado alguns bens à Sé de Coimbra, cidade à qual estivera ligado na sua juventude), mas a pesquisa não resultou frutífera. Deste modo, e enquanto não aparecerem novos dados documentais que esclareçam melhor o ano da sua morte, a inscrição de Guimarães terá de ser datada de 4 de Junho de [1184-1191].

### 3. A área de abastecimento do Atelier Epigráfico de Coimbra

Reservamos um último apontamento para realçar a importância da inscrição de Pedro Amarelo para a caracterização do atelier epigráfico de Coimbra, nomeadamente no que concerne à definição da área de dispersão das epígrafes ali produzidas ao longo da Idade Média. Como tivemos ensejo de salientar num outro estudo, a *Epigrafia Medieval Portuguesa* caracteriza-se por ter sido produzida, na sua esmagadora maioria, fora dos "circuitos profissionais" do *métier*. Na realidade, a maioria das nossas inscrições foram produzidas por escultores ou pedreiros que, apenas esporadicamente, se dedicaram à criação de epígrafes. Não se desenvolveu, assim, uma "tradição epigráfica", capaz de criar os hábitos que individualizam e personalizam os ateliers epigráficos. A análise do *corpus* epigráfico português revela, efectivamente, a extrema regionalização do fenómeno epigráfico e, reflexo da pobreza cultural e económica do reino, a escassa profissionalização dos nossos lapicidas. Tudo isto acaba por se traduzir numa menor qualidade estética das inscrições e dos próprios alfabetos, na deficiente paginação de muitos textos e no predomínio de formulários pobres. Provavelmente quem esculpia um letreiro poucas

hipóteses teria de voltar a criar outra epígrafe na sua vida. E, em muitos casos, é mesmo possível que o lapicida não soubesse sequer ler, limitando-se a copiar para o suporte pétreo o texto paginado que lhe era fornecido (como parecem revelar alguns lapsos devidos a mau entendimento da *minuta* da epígrafe)<sup>27</sup>. No entanto, e apesar deste panorama, é possível individualizar alguns ateliers epigráficos, normalmente abastecendo mercados urbanos, um pouco mais vastos. Assim acontece com Montemor-o-Velho, Lisboa e Évora, mas, sobretudo, com Coimbra e Alcobça. No caso da Abadia de St<sup>a</sup>. Maria de Alcobça o atelier destinou toda a sua produção ao próprio espaço monástico. Foi-nos mesmo possível determinar a existência de “monges-lapicidas”, encarregados de criar as inscrições funerárias do Claustro do Silêncio, e individualizar o nome de dois monges que estiveram, seguramente, ligados à criação de epígrafes da Abadia de Alcobça<sup>28</sup>. Como se tratava de um atelier destinado a um “mercado interno” não se estranhará que a maioria das inscrições tivesse sido criada directamente sobre os silhares das construções. Já no caso de Coimbra, a situação é distinta. O atelier que abastecia a cidade e, nomeadamente, a Sé Velha devia implantar-se no exterior do espaço urbano, nas proximidades das pedreiras de calcário brando de Ançã-Portunhos. Produzia, por isso, sobretudo lápides pouco espessas, mais fáceis de transportar, que eram depois, no local de destino, incrustadas nas paredes. Os números são elucidativos: a Sé Velha de Coimbra possui 28 inscrições gravadas em lápides e 3 em silhares; a Abadia de Alcobça possui 6 epígrafes gravadas em lápides e 32 em silhares<sup>29</sup>. Em Coimbra, a produção de inscrições maioritariamente em lápides revela um atelier com um perfil essencialmente vocacionado para o meio urbano<sup>30</sup>. No entanto, este atelier não deixou de responder a encomendas vindas de outras zonas do reino. Como a produção continuada de epígrafes permitiu o desenvolvimento de características específicas que ajudam a personalizá-lo<sup>31</sup>, foi-nos possível identificar, ao longo do nosso levantamento epigráfico, uma dúzia de inscrições que, apesar de produzidas pelo atelier de Coimbra, se destinaram a outras zonas do reino. Actualizando a nossa lista com a identificação do epitáfio de D. Pedro Mendes Amarelo, teremos:

- Nº 1 - Colegiada de Guimarães - Insc. de [1184-1191]
- Nº 2 - Capela de S. Mateus, Soure - Insc. Nº 186, de 1189
- Nº 3 - Igreja de Reigoso - Insc. nº 202, de 1195
- Nº 4 - Mosteiro de Grijó - Insc. nº 325, de 1245
- Nº 5 - Igreja do Crato - Insc. nº 336, de 1248
- Nº 6 - Convento da Costa - Insc. nº 356, de 1262
- Nº 7 - Igreja de Beduido - Insc. nº 362, de [1263-1264]
- Nº 8 - Mosteiro de S. Torcato - Insc. nº 504, de 1305
- Nº 9 - Mosteiro de Leça do Balio - Insc. nº 505, de 1306
- Nº 10 - Igreja de St<sup>a</sup>. Comba Dão - Insc. nº 540, de [1319-1334]
- Nº 11 - Mosteiro de Cête - Insc. nº 556, de 1323
- Nº 12 - Sé de Braga - Insc. nº 562, de 1325
- Nº 13 - Sé de Braga - Insc. nº 563, de 1326
- Nº 14 - Igreja de S. Pedro de Balsemão - Insc. nº 634, de [1362-1372]<sup>32</sup>.

A dispersão das produções do atelier de Coimbra, como se pode verificar pela sua cartografia (Est. 2), revela a vocação deste centro produtor para abastecer a zona a Norte do Mondego, sobretudo a orla litoral. Ao Entre-Douro-e-Minho pertencem 7 dos 14 exemplos conhecidos. Por seu turno, a zona da Beira Litoral, compreendida entre o rio Douro e a bacia do Mondego possui outros 6 exemplos. A Sul do rio Tejo tivemos apenas



oportunidade de identificar um exemplo: a inscrição da Igreja Matriz do Crato, no Alto Alentejo. A importância da inscrição funerária de Pedro Mendes Amarelo é clara. Trata-se do mais remoto exemplo de uma “exportação” do atelier de Coimbra, passando assim a marcar o início de uma “fase de maturidade” desta oficina, quando ela começou a impor-se no reino como a mais categorizada oficina epigráfica. Foi precisamente essa maturidade, indelévelmente associada à qualidade das suas produções, que permitiu que estas se tornassem capazes de absorver o aumento de custo decorrente das deslocações de médio ou longo curso, tornando, assim, a exportação viável. Por outro lado, a recente identificação do epitáfio de Pedro Mendes Amarelo veio reforçar a supremacia do núcleo do Entre-Douro-e-Minho, que passa a representar 50% do total das inscrições conhecidas. Reforça, ainda, o carácter litoral deste mercado, já que contamos apenas com dois exemplos no interior do reino (a inscrição de S. Pedro de Balsemão, às portas de Lamego, e a inscrição da Igreja Matriz do Crato, no Alto Alentejo). Por fim, a identificação da inscrição de Pedro Mendes Amarelo veio reforçar o que poderíamos designar como o “núcleo vimaranense” destas exportações, onde já contávamos com as inscrições do Convento da Costa (de 1262) e do Mosteiro de S. Torcato (de 1305).

Por todos os motivos, julgamos que podemos afirmar que a importância da inscrição de Pedro Mendes Amarelo ultrapassa, em muito, o restrito âmbito da história da Colegiada de Guimarães<sup>33</sup>.

\* Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Ao longo deste estudo utilizamos as seguintes siglas nas referências documentais:

DMP, DR = Rui de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, Lisboa, 1958-1962

LS = Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, *Livro Santo de Santa Cruz*, Coimbra, 1990

VMH = J. G. Oliveira Guimarães, *Vimaranis Monumenta Historica*, Guimarães, 1929-1931.

<sup>1</sup> Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Diss. de Doutoramento, 4 vols., Porto, ed. policopiada, 1995.

<sup>2</sup> Gostaríamos de deixar aqui expresso o nosso reconhecimento à Dr<sup>ª</sup>. Manuela Alcântara por todos os esclarecimentos que nos prestou sobre as condições de achado desta epígrafe, bem como as facilidades concedidas para o seu estudo.

<sup>3</sup> À superfície são apenas visíveis quatro fragmentos, como se pode apreciar no nosso desenho. No entanto, o segundo fragmento (a contar da esquerda para a direita) apresenta-se lascado em duas placas.

<sup>4</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. I, Porto, 1995, pp. 191-192.

<sup>5</sup> Para uma caracterização deste alfabeto veja-se o que escrevemos em Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. I, Porto, 1995, pp. 166-172.

<sup>6</sup> Neste sentido, é sintomático que algumas inscrições usem cores distintas por forma a dar mais realce à data ou a outras passagens mais importantes do seu conteúdo. Se o objectivo fosse apenas facilitar a leitura, certamente que apenas se utilizaria uma cor.

<sup>7</sup> Até um passado recente, a maior parte dos autores concordavam em atribuir o Claustro da Colegiada ao Séc. XIII ou, nalguns casos mais arrojados, mesmo ao Séc. XII. Veja-se, entre outros, Alfredo Guimarães, *Guimarães Monumental*, Porto, Marques Abreu, 1930, p. 9; Alfredo Guimarães, *Guimarães. Guia de Turismo*, Guimarães, 1940, pp. 106 e 111-112; Manuel Monteiro, “Sobrevivências Vimaranenses”, *Dispersos*, Braga, 1980, pp. 350-352 (1<sup>a</sup> ed. in *Revista de Guimarães*, vol. 58, Guimarães, 1948); Maria Emilia Amaral Teixeira, “Aspectos do Claustro do Museu

Regional de Alberto Sampaio”, *Revista de Guimarães*, vol. 70, Guimarães, 1960, p. 3 (da separata); Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, vol. II, Diss. de Doutoramento, Porto, 1978, p. 228; Gerhard Graf, *Portugal Roman*, vol. II, Yonne, Zodiaque, 1987, pp. 158-159.

<sup>8</sup> Cf. Lúcia Maria Cardoso Rosas, *Monumentos Pátrios. A Arquitectura Religiosa Medieval - Património e Restauro (1835-1928)*, diss. de Doutoramento, vol. II, Porto, 1995, pp. 198-213; e Lúcia Maria Cardoso Rosas, “O Claustro da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães”, *Portugalia*, Nova Série, vol. XVII-XVIII (Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida), Porto, 1996-97 (no prelo). Esta era, também, a opinião de António Augusto Gonçalves, como se pode depreender do manuscrito da sua visita a Guimarães em 1895, divulgado e valorizado por Lúcia Maria Cardoso Rosas, *Monumentos Pátrios* ..., vol. II, Porto, 1995, pp. 199-200. Carlos Alberto Ferreira de Almeida perfilhou idêntica opinião na sua derradeira síntese sobre a Arte Medieval Portuguesa - cf. Carlos Almeida Ferreira de Almeida, *História da Arte Medieval em Portugal*, Lisboa, Ed. Presença, 1998 (no prelo).

<sup>9</sup> De resto, o Pe. Pedro de Mesquita, no seu *Livro de Lembranças de muitas cousas notáveis que há na muito devota Igreja Collegiada de Nossa Sr<sup>a</sup>. da Oliveira* ..., um manuscrito redigido em 1620, não hesitava em atribuir a construção do Claustro ao Prior D. Diogo Pinheiro (cf. Lúcia Maria Cardoso Rosas, *Monumentos Pátrios* ..., vol. II, Porto, 1995, p. 198).

D. Diogo Pinheiro era filho do Dr. Pedro Esteves e de D. Isabel Pinheiro, os construtores do Paço dos Pinheiros, em Barcelos, que jazem, em sarcófago com tampo de duplo jacente, na Capela do andar térreo da Torre Sineira da Igreja de St<sup>a</sup>. Maria de Guimarães. O Dr. Pedro Esteves era Ouvidor de D. Afonso, Conde de Barcelos, tendo acompanhado o bastardo régio quando este se deslocou para Guimarães, depois de casar com D. Constança de Noronha e de construir o Paço Ducal vimaranense. D. Diogo Pinheiro era, assim, irmão de D. Álvaro Pinheiro, Alcaide de Barcelos e responsável pela reforma manuelina do Paço dos Pinheiros nessa vila. D. Diogo Pinheiro, que fora chapelão e fidalgo da Casa do Duque de Bragança, assumiu o cargo de Prior da Colegiada de Guimarães em 6 de janeiro de 1503, tendo abandonado quando foi nomeado Bispo do Funchal, em 1514. Foi responsável pela reforma do Claustro da Colegiada e pela conclusão da Torre Sineira da Igreja, e faleceu em 1526.

<sup>10</sup> Em julho de 1223, quando o Prior e os Cónegos acordam a repartição das rendas da Colegiada, são referidas diversas dependências da área monástica da Colegiada (nomeadamente o Refeitório, o Dormitório, a Sala do Capítulo, a Adegas e o Celeiro), mas não há nenhuma referência directa e explícita a um Claustro. Cf. Cláudia Maria Novais Toriz da Silva Ramos, *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*, diss. de Mestrado, vol. II, Porto, 1991, doc. 287, pp. 257-258 (= VMH, 201).

<sup>11</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, 2, Porto, 1995, insc. Nº 673, pp. 1544-1551.

<sup>12</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, 2, Porto, 1995, Insc. Nº 732, pp. 1659-1666. Sabe-se, no entanto, que as obras do templo gótico ultrapassaram esse ano, prolongando-se pelo menos até 1413.

<sup>13</sup> As escavações do Museu Alberto Sampaio foram orientadas por nós e pelo Dr. João Viana Antunes.

<sup>14</sup> As duas janelas com arcos geminados que ladeiam a porta de entrada da Sala do Capítulo, com duplos colunelos e capiteis imitando os do Claustro Manuelino, devem ser fruto de restauro dos inícios deste século, quando, c. de 1900, os Cónegos da Colegiada decidiram “desentaipar” as janelas que estavam encerradas. Os capitéis destas janelas apresentam evidente talhe recente, com arestas muito vivas, e não têm nada a ver com os capitéis da Porta da Sala do Capítulo, preferindo repetir temas dos capitéis do Claustro. Deve ter sido por essa altura que se restaurou a moldura que, à maneira de alfiz, contorna a arcada da porta principal e que, em fotografias antigas, surge mutilada na parte superior (vd., por exemplo, a foto reproduzida por Albano Bellino, *Archeologia Christiã* ..., Lisboa, 1900, p. 202).

<sup>15</sup> É possível que existam outras referências documentais, tratando-o apenas pelo nome próprio e patronímico, mas a vulgaridade destes impede-nos de distinguir casos de homonímia. Na ausência de outros elementos comprovativos (como a referência a cargos), não entramos em linha de conta essas possíveis referências.

<sup>16</sup> A primeira pedra do mosteiro de St<sup>a</sup>. Cruz tinha sido, efectivamente, lançada na véspera desta doação, a 28 de Junho de 1131 (que, nesse ano, correspondeu a um Domingo). O documento da doação dos banhos régios de Coimbra, feita por D. Afonso Henriques a D. Telo em 9 de Dezembro de 1130, encontra-se publicado em DMP, DR 115.

<sup>17</sup> Cf. Rui de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I, tomo I, Lisboa, 1958, pp. LXXIII e ss.; P. Avelino de Jesus da Costa, "La Chancellerie Royale Portugaise jusqu'au milieu du XIIIe siècle", *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto, 1992, p. 144.

<sup>18</sup> Cf. Rui de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I, tomo I, Lisboa, 1958, p. LXXX.

<sup>19</sup> Cf. Rui de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I, tomo I, Lisboa, 1958, pp. LXXXI. Rui de Azevedo considera, mesmo, ser este "... um diploma de tipo solene, em cuja execução Pedro Amarelo bastante se esmerou".

<sup>20</sup> O mesmo formulário volta a ser repetido em DMP, DR 255, um falso pretensamente datado de Junho de 1155 outorgando ao Mosteiro de Salzedas a isenção dos direitos reais, um documento forjado a partir do DMP, DR 254.

<sup>21</sup> Este diploma foi igualmente utilizado para se forjar um falso, ainda no Séc. XII, com a pretensa data de Agosto de 1162, contemplando os mesmos Pedro Fernandes e Goinha Anes com uma propriedade na Ladeia (DMP, DR 282).

<sup>22</sup> Cf. Rui de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I, tomo I, Lisboa, 1958, pp. LXXX-LXXXI; P. Avelino de Jesus da Costa, "La Chancellerie Royale Portugaise jusqu'au milieu du XIIIe siècle", *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto, 1992, p. 144.

<sup>23</sup> "... Vobis domno Petro Pelaiz Ecclesie Vimaransenis Priori ..." (VMH, 105).

<sup>24</sup> A Colegiada de Guimarães, herdeira do velho cenóbio fundado por Mumadona Dias no Séc. X, terá sido instituída entre 1107 e 1110 (cf. José Marques, *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*, Lisboa, INCM, 1988, p. 517; Cláudia Ramos, *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*, diss. de Mestrado, vol. I, Porto, 1991, p. 85). Antes de Pedro Mendes Amarelo documentam-se D. Mendo (entre 1135-1142 e depois, de novo, entre 1152-1157), D. Pedro Gonçalves (1147-1152), D. Mendo Moreira (em 1147 e entre 1160-1161) e D. Pedro Pais (em 1167) (cf. Cláudia Ramos, *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*, diss. de Mestrado, vol. I, Porto, 1991, p. 95-96).

<sup>25</sup> João António de Meira e Luís de Pina sugeriram, em distintos estudos, que Pedro Amarelo tivesse sido físico do conde D. Henrique e de D. Afonso Henriques (cf. João António de Meira, "Se Pedro Amarelo foi médico do Conde D. Henrique e de D. Afonso Henriques", *Arquivos da História da Medicina Portuguesa*, vol. II, Porto, 1911; Luís de Pina, *Vimaranes. Materiais para a História da Medicina Portuguesa. Arqueologia - Antropologia*, diss. de Doutoramento, Porto, 1929, p. 146 - ambos citados na Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira, s.v. "Amarelo, Pedro", vol. II, p. 285-286, e Verbo-Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura, s.v. "Amarelo, Pedro", vol. I, col. 1615). Não conhecemos, no entanto, qualquer base documental que confirme esta suposição.

<sup>26</sup> Segundo Cláudia Ramos, D. Diogo Peres ocupou o cargo até ao ano de 1228, quando se documenta pela derradeira vez a 5 de Agosto (cf. Cláudia Ramos, *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*, diss. de Mestrado, vol. I, Porto, 1991, pp. 95-96; vol. II, doc. 317). Foi D. Diogo Peres quem, em 15 de Julho de 1223, procedeu à divisão das rendas da Colegiada, repartindo-as entre o Prior e os Cónegos. O projecto do primeiro espaço claustal, delineado em 1255, foi consequência directa desta clarificação das rendas da Colegiada.

<sup>27</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. I, Porto, 1995, pp. 121-124.

<sup>28</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. I, Porto, 1995, pp. 102-103 e 192-194. O atelier de Alcobça individualiza-se ao nível dos alfabetos, dos sinais de separação e de algumas abreviaturas específicas.

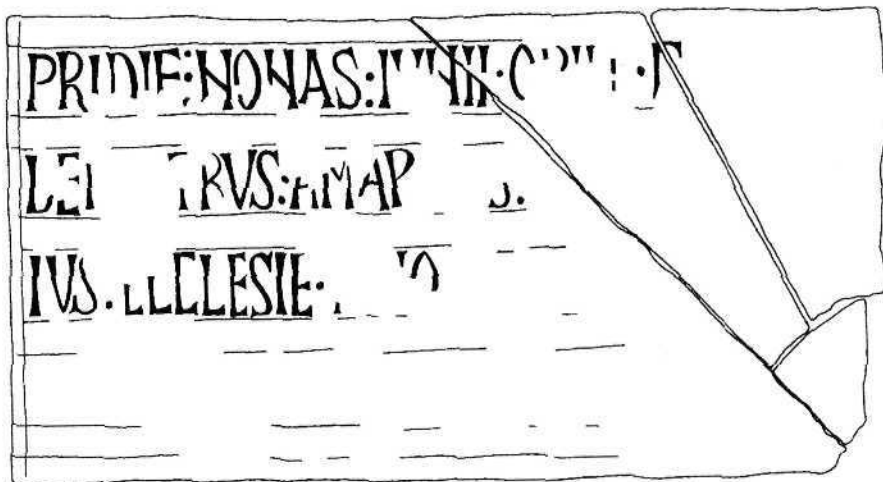
<sup>29</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. I, Porto, 1995, pp. 188-189.

<sup>30</sup> Abastecendo, ao longo dos Séc. XII e XIII, a Sé Velha, o Mosteiro de St<sup>a</sup>. Cruz, e as várias Igrejas e Colegiadas da cidade - St<sup>a</sup>. Justa, S. Cristóvão, S. Pedro, S. Salvador, S. Bartolomeu, Santiago e S. João de Almedina.

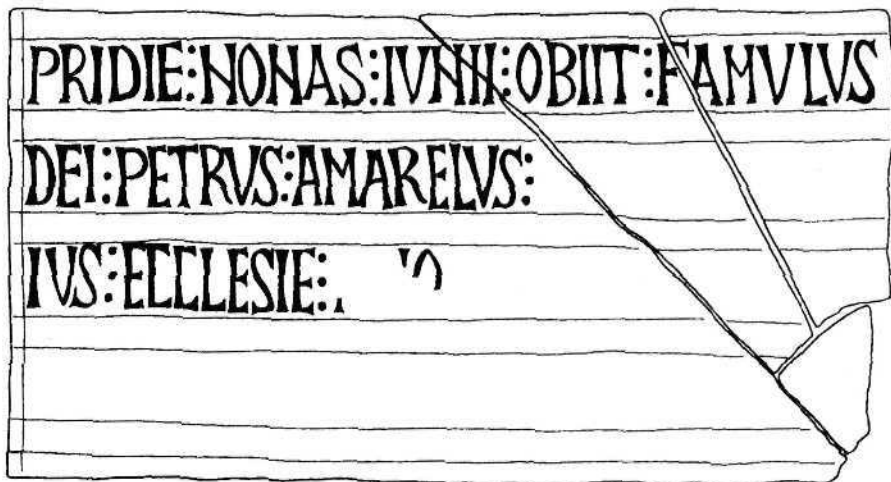
<sup>31</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. I, Porto, 1995, pp. 188-192

<sup>32</sup> Todos os números das inscrições correspondem ao nosso *corpus* epigráfico - cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo I e 2, Porto, 1995.

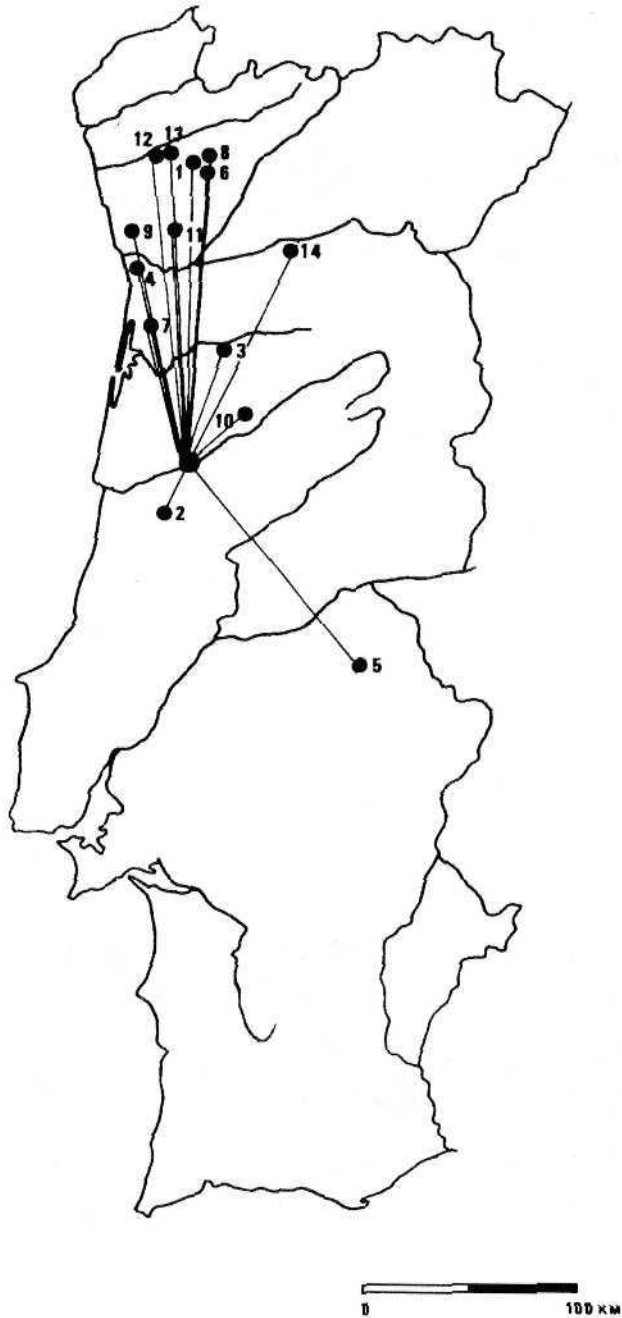
<sup>33</sup> Apenas por curiosidade, acrescentaremos que a Inscrição de Pedro Amarelo passou a ser a quarta peça mais antiga do espólio do Museu Alberto Sampaio, logo depois de três frisos moçárabes, do Séc. X, procedentes da Igreja Velha de S. Torcato.



Est. I, 1 - Inscrição de Pedro Amarelo - Estado actual



Est. I, 2 - Inscrição de Pedro Amarelo - Reconstituição



Est. II - Dispersão geográfica das inscrições medievais produzidas pelo Atelier de Coimbra (Séc. XII-XIV): 1 - Colegiada de Guimarães; 2 - Capela de S. Mateus, Soure; 3 - Igreja de Reigoso; 4 - Mosteiro de Grijó; 5 - Igreja do Crato; 6 - Convento da Costa, Guimarães; 7 - Igreja de Beduido, Estarreja; 8 - Mosteiro de S. Torcato, Guimarães; 9 - Mosteiro de Leça do Balio; 10 - Igreja de St<sup>a</sup>. Comba Dão; 11 - Mosteiro de Cête; 12 - Sé de Braga; 13 - Sé de Braga; 14 - S. Pedro de Balsemão, Lamego.